

Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

António Sérgio Leal Presidente da Câmera Municipal

PROJETO DE LEI №. 825/2018

da Lei Nº. 2.100, de 21 de junho de 2017, e, dá outras providências".

<u>ELIEL PRIOLI</u>, Vereador da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

ARTIGO 1º - Os artigos 3º e 4º da Lei Nº. 2.100 de 21 de junho de 2.017 passam a vigorar com as seguintes redações:

Artigo 3º - Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado com um adesivo da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que vale como notificação, no qual constará o prazo de 5 (cinco) dias para a retirada do veículo pelo seu proprietário ou detentor, sob pena de remoção.

<u>Artigo 4º</u> - Cabe a Guarda Municipal de Monte Azul Paulista, promover a remoção dos veículos identificados nas condições desta Lei.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se for necessário.

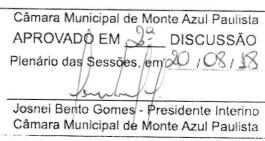
ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 28 de Junho de 2018.

ELIEL PRIOLI Vereador

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
DESPACHO para Comissão de Constituição,
Justiça e Redação.
Plenário das Sessões, em 210 + 118
Antônio Sérgio Leal Presidente da Câmara Municipal

Presidente da Câmara Municipal
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
DESPACHO para Comissão de Finanças e
Orçamento.
Plenário das Sessões, em 🕮 104118
Antônio Sérgio Leal Presidente da Câmara Municipal
The state of the s
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
PUBLIQUE-SE PARA A PRÓXIMA ORDEM DO DIA
Plenário das Sessões, em/QX / 08 / 48
Jungolf.
Josnei Bento Gomes - Presidente Interino
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
Of an Atrainia of de Monto Azul Daulista
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
APROVADO EM DISCUSSÃO
Plenário das \$essões, em 04/08/18
-tomball.
Josnei Bento Gomes - Presidente Interino
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
Câmara Municipal de Mente Anul De Linte



Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
EXTRAI-SE O COMPETENTE AUTÓGRAFO
Plenário das Sessões, em 20 / 05 / 3

Josnei Bento Gomes - Presidente Interino
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista



LEI Nº 2.100 DE 21 DE JUNHO DE 2017.

Disciplina as condições de recolhimento de veículos ou parte de componentes de estruturas de veículos abandonados nas vias ou logradouros públicos do município de Monte Azul Paulista - SP., e, dá outras providências.

PAULO SERGIO DAVID, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Todos os veículos, carcaças, chassis ou partes de veículos abandonados em vias públicas deverão ser removidos.

ARTIGO 2º - Para os efeitos desta lei considera-se veículo abandonado:

I - aquele que se encontrar estacionado no mesmo local da via pública por 20 (vinte) dias consecutivos;

II - aquele que, por tempo superior a 72 (setenta e duas) horas, estiver na via pública com sinais exteriores de abandono ou impossibilidade de se deslocar com segurança pelos seus próprios meios:

ARTIGO 3º - Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado com um adesivo da Secretaria Municipal de Defesa, Desenvolvimento Social e Cidadania/Departamento Municipal de Trânsito e Transportes, que vale como notificação, no qual constará o prazo de 5 (cinco) dias para a retirada do veículo pelo seu proprietário ou detentor, sob pena de remoção.

ARTIGO 4º Cabe à Secretaria Municipal de Defesa, Desenvolvimento Social e Cidadania/Departamento Municipal de Trânsito e Transportes promover a remoção dos veículos identificados nas condições desta lei.

ARTIGO 5º - No ato da identificação e remoção, o agente municipal de trânsito ou policial militar conveniado deverá preencher uma guia de recolhimento de veículo numerada a fim de registrar a ocorrência em relação ao veículo abandonado, contendo obrigatoriamente:



- I os dados que forem possíveis visualizar nos veículos, carcaças, chassi e partes dos veículos abandonados nas via pública, como, por exemplo: marca, cor, modelo, chassi e placa;
 - II o tempo que se encontra abandonado nas vias ou locais públicos;
 - III a data da identificação;
 - IV o nome do proprietário, se for conhecido;
 - V a data em que foi removido.

ARTIGO 6º - Removidos os veículos, carcaças, chassi ou partes de veículos abandonados em via pública, deve ser remetida ao proprietário ou detentor uma notificação para resgatá-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da notificação.

- § 1º A notificação de que trata este artigo deve ser remetida ao proprietário e dela constar a data e o motivo da remoção, o local para onde o veículo foi encaminhado, bem como os prazos e as sanções a que o proprietário ou detentor estiver sujeito.
- § 2º A notificação será encaminhada por via postal, mediante aviso de recebimento, ao endereço constante no registro do veículo, carcaça, chassi ou partes de veículos, ressalvada a hipótese de o veículo apresentar sinais evidentes de acidente, quando a notificação deverá ser pessoal ou, no caso de o proprietário não estar em condições de recebê-la, feita a qualquer pessoa em sua residência, preferencialmente os parentes.
- § 3º Não sendo possível proceder à notificação pessoal por ser ignorada a identidade ou residência do proprietário ou detentor do veículo, carcaça, chassi ou partes de veículo abandonados em via pública, a notificação deve ser publicada na Imprensa Oficial do Município e, em forma de adesivo, no próprio veículo, carcaça, chassi ou partes de veículos removidos.

ARTIGO 7º - Os veículos, carcaças, chassi ou partes de veículos abandonados em via pública serão removidos para o depósito fixado pela Secretaria Municipal de Defesa, Desenvolvimento Social e Cidadania/Departamento Municipal de Trânsito e Transportes, e sua restituição só ocorerá mediante o pagamento das multas, taxas e despesas, com remoção e estadia, além de outros encargos previstos na legislação especifica.

ARTIGO 8º - Para a restituição do veículo, carcaça, chassi, ou partes de veículo abandonados em via pública, deverá o proprietário ou detentor apresentar-se na sede do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes, munido de documentação regularizada, bem como dos comprovantes de pagamentos das despesas referidas no artigo anterior,



quando receberá uma guia para a retirada do veículo, carcaça, chassi ou partes de veículos removidos.

ARTIGO 9º - Caso o veículo, carcaça, chassi ou partes de veículo não sejam resgatados em 90 (noventa) dias, ficarão à disposição desta municipalidade para a realização de leilão em conformidade com o art. 329 da Lei n. 5.903, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

<u>Parágrafo único</u>. Os créditos referentes ao leilão, depois de deduzidas as despesas com a remoção e estadias, serão destinados aos fins do Fundo Municipal de Trânsito.

ARTIGO 10º - O Poder Executivo poderá regulamentar as prescrições desta lei, julgando adequado para a satisfação do interesse público.

ARTIGO 11º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

ARTIGO 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 21 de Junho de 2017.

PAULÓ SERGIO DAVID Prefeito do Município

Registrada e publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, 21 de junho de 2017.

PAULO SERGIO DAVID Prefeito do Município



Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTO

MONTE AZUL PAULISTA, 02 de Julho de 2018.

Projeto de Lei nº 825/ 2018 – Eliel Prioli. Dispõe sobre: Dá nova redação aos artigos 3º e 4º da lei nº 2100, de 21 de junho de 2017, e, dá outras providências.

DECEDIUMA CÓDIA DOS DOCUMENTOS CITADOS ACIMA
RECEBI UMA CÓPIA DOS DOCUMENTOS CITADOS ACIMA.
Kuler I
ANTÔNIO DA COSTA FILHO – em <u>30</u> / <u>0</u> /2018.
Diel Proti
ELIEL PRIOLI - em <u>03 / 08 /</u> 2018.
IGOR FONZAR PLAZA - em OS / OS /2018.
Sose alfredo V. anton
JOSÉ ALFREDO PEREZ CANTORI – em <u>03 / 68 /2018.</u>
JOSE AEI REDO I EREZ GANTORI - CIII <u>- 0 2 / 0 8 /</u> 2010.
fourtheld of a constant of the
JOSNEI BENTO GOMES – em <u>03 / 08</u> /2018.
fundant Da Co
ORIVAL/ALVES - em 3/0 / 2018.
PAULO PANHOZA NETO - em//2018.
111MI 02
PERCIVAL ROGGE - em / / OS /2018.
a Dure
RICARDO SANCHES LIMA – em 03 / 08 /2018.
WALTER ALESSANDRO DA SILVA - em 7 / /2018.
WALTER ALESSANDRO DA SILVA - em/2018.
20 07 Chun
WILSON RODRIGUES - em <u>30 / 07 /2018.</u>
1
WILSON RODRIGO GARCIA - em 03 / 08 /2018

Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO n.: 016/18

Interessado. Câmara Municipal de Monte Azul Paulista-SP

Parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº. 825 de 28 de Assunto. junho de 2018, que "Da nova redação aos artigos 3º e 4º da Lei Nº. 2.100, de 21 de junho de 2017, e, dá outras providências".

1. Relatório

O presente parecer tem por objetivo a análise jurídica da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº. 269 de 28 de junho de 2018, que "Da nova redação aos artigos 3º e 4º da Lei Nº. 2.100, de 21 de junho de 2017, visando reenquadrar a Lei nº. 2105, de 14 de agosto de 2017, "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Monte Azul Paulista.

2. Fundamentação

De autoria do Vereador Eliel Prioli, o projeto de Lei apenas aponta quais as secretarias Municipais que deverão tomar providência a respeito do cumprimento da Lei 2.100/2017, assim sendo encontrasse respaldo legal legal no artigo 12, inciso XVII, da Lei Orgânica do Município, ou seja, cabe aos Nobres Edis legislar sobre assunto de interesse local, aplicando-se ao caso o disposto.

Com a análise o parecer, conclui-se que o presente atende o exposto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, não vislumbrando pecha que macule o Projeto de Lei nº. 825/2018

)5711 (5/08/2018 11:37 - 00000000077

Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazui.sp.gov.br

Desta forma, cabe aos vereadores análise e aprovação do Projeto de Lei, tendo em vista que a matéria é reservada às secretarias competentes.

3. Conclusão

Por essas razões, esta Assessoria Jurídica Legislativa opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação da matéria proposta, por não vislumbrar vício de inconstitucionalidade e ilegalidade que impede o seu normal trâmite.

É o parecer, salvo melhor e soberano juízo das Comissões e Plenário desta Casa Legislativa.

Monte Azul Paulista, 01 de agosto de 2018.

Procurador Jurídico
OAB/SP 276.158

" Palácio 8 de Marco "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361-1254 CNPJ n°. 54.163.167/0001-00 = Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo - Brasil

PARECER EM CONJUNTO

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, IUSTICA E REDAÇÃO E FINANCAS E ORCAMENTO

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 825, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

<u>DISPONDO SOBRE</u>: DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 3º E 4º DA LEI Nº 2.100, DE 21 DE JUNHO DE 2017, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECISÃO DAS COMISSÕES

ESTAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO, APÓS PROCEDEREM O CUIDADOSO EXAME NO PROJETO DE LEI N° 825, DE 28 DE JUNHO DE 2018 - DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 3º E 4º DA LEI Nº 2.100, DE 21 DE JUNHO DE 2017, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (DISCIPLINA AS CONDIÇÕES DE RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS OU PARTE DE COMPONENTES DE ESTRUTURAS DE VEÍCULOS ABANDONADOS NAS VIAS OU LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA-SP., E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), EM REUNIÃO DE SEUS MEMBROS, ANALISANDO SUAS DISPOSIÇÕES, NADA ENCONTRARAM QUE FERISSEM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS OU JURÍDICAS, DECIDIRAM EMITIR PARECER FAVORÁVEL AO MENCIONADO PROJETO DE LEI, POR ESTAR O MESMO REVESTIDO DAS FORMALIDADES LEGAIS, ESPERANDO MERECER O APOIO DOS DEMAIS PARES DESTA CASA DE LEIS.-

É O NOSSO PARECER.

MONTE AZUL PAULISTA, 03 DE AGOSTO DE 2018.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

RICARDO SANCHES LIMA PRESIDENTE

PAULO PANHOZA NETO RELATOR

ANTONIO DA COSTA FILHO MEMBRO FINANÇAS E ORÇAMENTO

PAULO PANHOZA NETO PRESIDENTE

ANTONIO DA COSTA FILHO RELATOR

> ELIEL PRIOLI MEMBRO

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

PUBLIQUE-SE PARA A PRÓXIMA ORDEM DO DIA

Plenário das Sessões, em O + / O 8 / 1 8

Josnei Bento Gomes - Presidente Interino
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
APROVADO EM ______ DISCUSSÃO
Plenário das Sessões, em OF / OS / 18

Josnei Bento Gornes - Presidente Interino
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
APROVADO EM 2 DISCUSSÃO
Plenário das Sessões, em 20 / 08/28

Josnei Bento Gomes Presidente Interino
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17-3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

AUTÓGRAFO Nº.1424/2018

REFERENTE: PROJETO DE LEI № 825, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE: "Da nova redação aos artigos 3º e 4º da Lei Nº. 2.100, de 21 de junho de 2017, e, dá outras providências".

OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVARAM O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

ARTIGO 1° - Os artigos 3° e 4° da Lei N° . 2.100 de 21 de junho de 2.017 passam a vigorar com as seguintes redações:

Artigo 3º - Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado com um adesivo da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que vale como notificação, no qual constará o prazo de 5 (cinco) dias para a retirada do veículo pelo seu proprietário ou detentor, sob pena de remoção.

Artigo 4º - Cabe a Guarda Municipal de Monte Azul Paulista, promover a remoção dos veículos identificados nas condições desta Lei.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se for necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 21 de Agosto de 2018.

JOSNEI BENTO GOMES Presidente Interino Câmara Municipal

ORIVAL ALVES

1º Secretário

ANTÔNIO DA COSTA FILHO

2º Secretário



LEI N° 2.138, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

<u>DISPÕE SOBRE:</u> "Da nova redação aos artigos 3º e 4º da Lei Nº. 2.100, de 21 de junho de 2017, e, dá outras providências".

ANTONIO SERGIO LEAL, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

<u>ARTIGO 1º</u> - Os artigos 3º e 4º da Lei Nº. 2.100 de 21 de junho de 2.017 passam a vigorar com as seguintes redações:

Artigo 3º – Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado com um adesivo da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que vale como notificação, no qual constará o prazo de 5 (cinco) dias para a retirada do veículo pelo seu proprietário ou detentor, sob pena de remoção.

<u>Artigo 4º</u> - Cabe a Guarda Municipal de Monte Azul Paulista, promover a remoção dos veículos identificados nas condições desta Lei.

<u>ARTIGO 2º</u> - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se for necessário.

<u>ARTIGO 3º</u> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 30 de agosto de 2018.

ANTONIO SERGIO LEAL Prefeito do Município

Registrada e publicada no expediente da Secretária da

Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, 30 de agosto de

2018.

ANTONIO SERGIO LEAL Prefeito do Município OBJETO: Fornecimento e administração de cartão magnético de vale-alimentação. CONTRATADA: Verocheque Refeições LTDA. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: Prorrogação da vigência por 12 meses. VALOR DO COMPLEMENTO: R\$ 151.200,00 (estimado). DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 31/08/2018.

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL № 010/2018. CONTRATO ADMINISTRATIVO № 008/2016. TIPO: Prestação de Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.512.0057.2100-3.3.90.39.00-009. OBJETO: Impressão de faturas mensais de água, esgoto e serviços. CONTRATADA: SII Tecnologia em Software Lida. EPP. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: Prorrogação da vigência por 90 dias. VALOR DO COMPLEMENTO: R\$ 13.520,00 (estimado). DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 31/08/2018.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO Praca Rio Branco nº .86 – CEP 14.730-000

LEI Nº 2.138, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

DISPÕE SOBRE: "Da nova redação aos artigos 3º e 4º da Lei Nº. 2.100, de 21 de junho de 2017, e, dá outras providências".

ANTONIO SERGIO LEAL, Prefeito do Municipio de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legals,

Faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1° - Os artigos 5° e 4° da Lei N°. 2 100 de 21 de junho de 2.017 passam a vigorar com as seguintes redações:

Artigo 3º - Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veiculo será identificado com um adesivo da Secretaria Municipal de Segurança e Tránsito, que vale como notificação, no qual constará o prazo de 5 (cinco) dias para a retirada do veiculo pelo seu proprietário ou detentor, sob pena de remoção.

<u>Artigo 4º - Cabe a Guerda Municipal de Monte Azul Paulista,</u> promover a remoção dos veiculos identificados nas condições desta Lei.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se for necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 30 de agosto de 2018.

ANTONIO SERGIO LEAL Prefeito do Município

Registrada e publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, 30 de agosto de 2018

> ANTONIO SERGIO LEAL Prefeito do Município



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO Praca Rio Branco, 86 – Centro – Cep. 14730-000 – Monte Azul Paulista/SP

LEI Nº 2137 de 03 de Agosto de 2,018.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECTAL

ANTONIO SÉRSIO LEAL, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal, aprovou e ele promulga e sanciona a sequinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica abierto na Contadorie da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista, um crédito edicionel especial no exercício de 2018 de R\$ 25,000,00(Vinte e cinco mil reais), através de convênio firmado com o Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde, Termo de Compromisso nº 3531501712181709233, destinado a aquisição de equipamentos adontológicos de ocordo com proposta em anexo.

Parágrafo Único - A classificação da despesa de que trota o crédito ora autorizado observará a seguinte discriminação:

DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA, CLASSIFICADA POR CATEGORIAS FCONÔMICAS:

Eritidade: 02 - PREFETTURA MUNICIPAL Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE Unidade Orçamentário: 00 - SECRETARIA DE SAÚDE

Função: 10 - SAÚDE

Subfunção: 302 - Assistência Haspitalar e Ambulatorial

Programa: 0026 - Assistência Médica

Atividade: 1027 - Aquisição Equipamentos Odontológicos - Convênio FNS

4.4.90,52 - Equipamentos e Material Permanente - R\$, 25,000,00

ARTIGO 2º - Servirá de recursos para cobertura da despesa de que trata o artigo 1º desta Lei, o proveniente da do excesso de arrecadação através recurso Federal, firmado com o Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde, Termo de Compromisso 3531501712181709233.

ARTIGO 3° - Fica incluído no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes Orçamentárias, onde

couber.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revagadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 03 de Agosto de 2.018/

Antônio Sérgio Chai Prefeito do Município

Registrada e publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura da Município de Mante Azul Paulista-SP, em 03 de Agosto de 2.018.

> Antônio Sergio Leal Prefeito do Município

	Amostras	Média	VMP1
Flúor	149	0,6	0,6 a 0,8 mg/L
Cloro	176	0,76	0,20 a 2,00 mg/L
Temperatura	176	25°C	21°C a 31°C
Turbidez	176	0,35	Até 5 UT ²
Cor Aparente	53	0,00	Até 15 mg Pt-Co/L
pH	115	8,05	6,0 a 9,5
Coliformes Totais	13	AUSENTE	Ausência em 100 ml
Escherichia coll	13	AUSENTE	Ausência em 100 mi
Contagem de Bactérias Heterotróficas	2	3,00	Até 500 UFC3/mL

VMP1: Valores máximos permitidos segundo a Portaria MS de Consolidação N°.05/2017 UT2: Unidade de Turbidez

UFC3: Unidade Formadora de Colônias, em 95% das amostras examinadas no mês.

Marina Vignola Cavassani Secchieri Responsável Técnica CRO-IV 04161366

Editais de Proclamas

Oficial de Distrito Sede do Município e Comarca de Monte Azul Paulista da Sede da Comarca de Monte Azul Paulista/SP. Rua Mal. Deodoro da Fonseca. nº 99 - Fone (17) 3361-4198.

(Nascimentos, casamentos, óbitos, reconhecimento de firmas, autenticações, registro de fivros comerciais, etc.)

Horário de Atendimento: Segunda a Sexta: das 09:00 às 17:00 horas. Carlos Rogério Rosa, Preposto Interino de Distrito Sede do Município e Comarca de Monte Azul Paulista da Sede da Comarca de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1525 do Código Civil Brasileiro:

ERNANDO ANTONIO DA CRUZ ESTEVES, solteiro, de nacionalidade brasileira, lavrador, natural de Minas Novas - MG, residente na rua Ivo Lindemberg, 175, Ceapina, Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, nascido no dia dezesseis de setembro de um mil e novecentos e noventa e cinco (16/09/1995), filho de ANTÔNIO APARECIDO ESTEVES e de MARIA DA CONCEIÇÃO DA CRUZ ESTEVES; e JOSIANE RODRIGUES MACIEL, divorciada, de nacionalidade brasileira, do lar, natural de Turmalina - MG, residente na rua Ivo Lindemberg, 175, Ceapina, Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, nascida no dia vinte e sete de julho de um mil e novecentos e noventa e dois (27/07/1992), filha de GERALDO CORDEIRO MACIEL e de MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES MACIEL.

DOUGLAS HENRIQUE ALEXANDRE, solteiro, de nacionalidade brasileira, programador de CNC, natural de Monte Azul Paulista - SP, residente na rua Alexandre Puglieri, 180, centro, Marcondésia, Estado de São Paulo, nascido no dia onze de junho de um mil e novecentos e noventa (11/06/1990), filho de DEVILSON ANTONIO ALEXANDRE e de MARIA CRISTINA MANCA ALEXANDRE; e MIELE MAIARA DELEGUIDE MACIEL, solteira, de nacionalidade brasileira, auxiliar odontológico, natural de Monte Azul Paulista - SP, residente na rua Treze de Maio, 545, centro, Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, nascida no dia oito de novembro de um mil e novecentos e noventa e dois (08/11/1992), filha de ELTON JOSÉ MACIEL e de MARIA LUCIA DELEGUIDDE.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente, que afixo no lugar de costume e publico pelo jornal A Comarca.

> Monte Azul Paulista, 04 de setembro de 2018. O Oficial: Carlos Rogério Rosa